

A RELAÇÃO ENTRE POBREZA E EDUCAÇÃO A PARTIR DA METACATEGORIA EXCLUSÃO

Autora: Antonia Valbenia Aurélio Rosa¹; Orientadora: Dra. Carmen Lúcia Guimarães de Mattos²

Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Email: valbeniarosa@gmail

Resumo: Este trabalho tem como objeto a relação entre pobreza e educação a partir da metacategoria exclusão, dedica-se ao delineamento de duas categorias de análise e sua interface com a área da educação. Tem como objetivo apresentar conceitos, teorias e autores que, até o momento serviram de arcabouço teórico-epistemológico para fundamentar a relação entre a pobreza e educação e de como estas podem interferir nos processos educacionais do aluno. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, buscou-se analisar como as categorias pobreza, exclusão e educação se articulam e contribuem nas explicações sobre a escolaridade do aluno de camadas populares. Neste estudo, a pobreza foi entendida como processos sociais. Observou-se que a pobreza é uma condição que faz parte da existência de muitos sujeitos sociais e que os encaminha a um contingenciamento marginal diante da sociedade, portanto, como uma das faces da exclusão. Os resultados apontaram que, desigualdades educacionais têm relações com outras desigualdades, ainda, a condição de vulnerabilidade e exclusão que vivem os sujeitos, em particular crianças e jovens, podem interferir na vida social e educacional.

Palavras-chave: Pobreza, Educação, Exclusão.

Introdução

Este trabalho tem como objeto a relação entre pobreza e educação a partir da metacategoria exclusão³, dedica-se ao delineamento de duas categorias de análise e sua interface com a área da educação. Tem como objetivo apresentar conceitos, teorias e autores que, até o momento serviram de arcabouço teórico-epistemológico para fundamentar a relação entre a pobreza e educação e de como estas podem interferir nos processos educacionais do aluno.

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, os dados foram analisados com o auxílio de mapas conceituais buscou-se identificar conceituações e teorias nos documentos analisados e como as categorias pobreza, exclusão e educação se articulam e contribuem nas explicações sobre a escolaridade do aluno de camadas populares. Escolheu-se limitar as análises a essas categorias por

¹ Doutoranda em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, PROPED/UERJ. Bolsista da CAPES.

² Dra. Carmen Lúcia Guimarães de Mattos, professora associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, PROPED/UERJ.

³ Este trabalho é parte da dissertação *Pobreza e Educação: um estudo teórico epistemológico sobre a produção do conhecimento no período de 2000 a 2010* (2012), orientada pela professora Dra. Carmen Lúcia Guimarães de Mattos, Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro ((ProPEd/UERJ).

entender que elas constituem macro temas de outras pesquisas realizadas pelo grupo de pesquisa NetEdu (Núcleo de Etnografia em Educação).

Neste estudo, a pobreza foi entendida como processos sociais. Observou-se que a pobreza é uma condição que faz parte da existência de muitos sujeitos sociais e que os encaminha a um contingenciamento marginal diante da sociedade, portanto, como uma das faces da exclusão. Os resultados apontaram que, desigualdades educacionais têm relações com outras desigualdades, ainda, a condição de vulnerabilidade e exclusão que vivem os sujeitos, em particular crianças e jovens, podem interferir na vida social e educacional.

Resultados e Discussão

Os estudos sobre a pobreza se inserem no âmbito da produção de conhecimento na área da educação como um dos eixos que explicam a exclusão e o fracasso escolar de alunos e alunas em processo de escolarização. É uma condição que, como parte da existência de sujeitos sociais, os encaminha a um contingenciamento marginal na sociedade. Portanto, para se estudar a relação entre pobreza e educação, faz-se necessário discutir o conceito de pobreza relacionado à exclusão. Entendendo que exclusão é uma metacategoria que se subdivide em diferentes temas (MATTOS, FACION, 2008).

O conceito de exclusão formulado por Castel (2005; 2008; 2010) em seus estudos será a principal base teórica para a sustentação das análises e discussões sobre a pobreza. De acordo com o autor, diferentes formas de desigualdades sociais levam o sujeito à condição de excluído e uma delas está relacionada à situação de pobreza. Esta pode deslocar este sujeito para uma situação de vulnerabilidade social (CASTEL, 2008, p. 27), em que ele e sua família passam a depender da proteção do Estado como forma de existência e sobrevivência.

Neste estudo, a pobreza é um dos processos de desqualificação social que tem o trabalho como um dos eixos principais (PAUGAM, 2004). A exclusão é ocasionada por rupturas nas redes de proteção social, entende-se que essas rupturas passam a atuar de forma mais intensa em momentos de crise, criando uma relação de dependência das famílias aos programas sociais de proteção e assistência ao indivíduo (CASTEL, 2005; 2008; 2010).

Serge Paugam, em entrevista a Mattos e Castro (2016), sustenta que a escolarização atua como parte do processo para a integração social dos mais pobres e assistidos sociais. Seus argumentos apontam para a escolarização vista como uma possibilidade dos que vivem em

condições de pobreza, através de uma melhor qualificação acadêmica, ocuparem atividades de trabalho mais qualificadas de modo a contribuir para a melhoria das suas condições de vida e de suas famílias, o que atualmente já não é uma realidade. Paugam fala às autoras:

Hoje, as desigualdades entre as classes sociais ainda são muito fortes e, além dessas desigualdades, a ligação entre a escola e o mercado de trabalho se rompeu. Ou seja, a escola produz jovens que não possuem outros destinos que o de estarem desempregados. Então hoje os problemas de integração social se juntam a esses problemas tradicionais de desigualdades entre as classes sociais (MATTOS; CASTRO, 2016, p. 16).

Em outro trecho da entrevista, Paugam explica:

Acredito que para compreender a pobreza, é preciso levar em conta justamente a pluralidade das ligações sociais, dos mecanismos de integração social. Eu defendo uma abordagem multidimensional da pobreza. Não posso considerar que somente a dimensão econômica é suficiente para pensar na questão da pobreza. E nesse ponto de vista, seguindo a análise que você faz, eu defendo que seria preciso muito mais do que simplesmente dar um pouco de dinheiro aos pobres para que eles saiam da pobreza (Idem, p. 20).

Considerando as particularidades que envolvem a relação entre pobreza, exclusão e escola em nosso país, buscou-se nos estudos de Dubet (2001; 2003; 2004) algumas argumentações sobre esta relação. Em suas pesquisas, o autor explora a noção de desigualdade associada à exclusão. Ele explica que a escola representa uma das faces dessas desigualdades. Em sua opinião, as diferenças entre os sujeitos da escolarização têm sido acentuadas devido ao reconhecimento dessas diferenças pela escola que, em sua maioria, promove uma cultura distanciada da cultura do aluno. Em decorrência disso, o desempenho escolar é baixo e a exclusão é um fato frequente nas escolas.

Em estudos desenvolvidos pela equipe do NetEDU (Núcleo de Etnografia em Educação), desde os anos de 1980, pobreza e exclusão já se associavam aos maus resultados da escolarização de alunos pobres no Brasil (MATTOS, et al, 2015). Um dos eixos mais frequentes das análises desses estudos repousam sobre os aspectos relacionados ao fracasso escolar. Esses aspectos, em sua maioria negativos, informam que na percepção dos participantes (alunos, professores e gestores escolares) a família e os alunos pobres são os sujeitos do fracasso. Entre as justificativas mais frequentes para o fracasso escolar dos alunos elencam-se fatores como: capital cultural, local de moradia, violência, situação financeira e de emprego dos pais, instabilidade familiar, distúrbios sócio neurológicos, dentre outros, os quais esta equipe vem criticando ao longo de duas décadas como sendo fatores importantes, mas não únicos para o fracasso, que é entendido como resultado de um conjunto mais amplo de aspectos estruturais endógenos da sociedade brasileira.

A exclusão discutida nos estudos acadêmicos, explica que os processos sociais acentuam as diferenças entre indivíduos, excluindo-os de sua participação ativa como cidadãos. Estas diferenças

são mais evidentes entre aqueles que se inscrevem na condição de vida precária e que sofrem forte discriminação devido a alguns fatores, tais como: origem étnica e cultural, condição de renda, de saúde, de moradia e de dependência das políticas de proteção social. Essas pessoas diferenciam-se de outras numa mesma estrutura social pelas seguintes condições: estabilidade ou instabilidade social e empregatícia, dependência ou independência total ou parcial de serviços, de proteção e assistência social, dentre outros fatores que conduzem o indivíduo por meios próprios ao exercício da cidadania.

No Brasil, uma situação de emprego que se costuma chamar de trabalho por conta própria parece ser resultante da modernidade que sinaliza, embora de modo equivocado, uma saída da instabilidade empregatícia e do desemprego para uma condição de autonomia. No entanto, este sujeito, se caracterizava por possuir a carteira de trabalho assinada, parece ser um progresso em relação aos vínculos sociais de relação empregador-empregado, por liberá-lo desta relação. Este novo modelo de relação de trabalho é um dos exemplos mais citados, atualmente, para caracterizar as mudanças ocorridas no mercado de trabalho no Brasil. Ao mesmo tempo, para os indivíduos que não conseguem entrar nessa nova modalidade de trabalho e também não permanecem na condição antiga de carteira assinada, recriou-se ou importou-se modelos de seguridade e assistência social baseados em programas de curta duração como o auxílio desemprego e a diversas modalidades de auxílios e bolsas que caracterizam as redes de proteção ao trabalhador desempregado e/ou socialmente necessitado. Portanto, uma nova forma de vínculo/emprego, podendo interferir nas relações de pobreza e de risco social que são, portanto, de exclusão e de desigualdade.

Sobre a integração social retorna-se a entrevista com Paugam (MATTOS; CASTRO, 2016) onde ele explicita:

Em todas as sociedades modernas, estamos conectados ao meio social através de quatro tipos de ligação. A integração faz o entrecruzamento entre essas conexões. Quanto mais elas forem entrecruzadas e particularmente fortes, mais o indivíduo vai estar integrado à sociedade. O primeiro tipo de ligação, a ligação de filiação, é a relação que se mantém ao longo da vida entre pais e filhos. O segundo tipo é ligação de participação eletiva. É a ligação que se escolhe ao longo da vida, seus amigos, seu companheiro. São todas as escolhas que são feitas na vida para entrar em contato com pessoas ou grupos que podem vir a oferecer proteção e reconhecimento. O terceiro tipo de ligação é a ligação de participação orgânica, que está ligada justamente à escola e ao mundo do trabalho. Quer dizer, à essa relação entre o sistema escolar e o mundo do trabalho. O indivíduo aprende e se socializa no mundo do trabalho por intermédio da escola. No sistema de trabalho, ele aprende a ocupar uma função que é complementar às outras funções. Assim, o indivíduo é integrado por esse tipo de ligação de participação orgânica por se sentir complementar aos outros. Ele tem então um estatuto social que o une à sociedade. O quarto tipo de ligação é o que chamo de ligação de cidadania (MATTOS; CASTRO, 2016, p. 17).

Dada esta diferenciação social entre aqueles que estão inseridos ou integrados na sociedade por meio das relações familiares, de trabalho e de participação política ativa e outros que dependem das redes de proteção e de inserção social, as políticas assistenciais tomam força e fabricam populações marginalizadas.

Dubet (2003), explica que a relação entre a exclusão e escola é “*caracterizada, de um lado, por uma grande distância entre escola e produção [pelo trabalho], de outro, por uma forte adequação da oferta escolar do sistema das classes sociais*” (p.31). Assim, duas posições ideológicas pontuam o debate sobre a exclusão e a escola. Uma na qual o desemprego e a precariedade dos jovens são resultados da inadequação entre a formação escolar e as habilidades necessárias a aquisição do emprego; e outra, na qual a exclusão é resultado das relações de produção.

A compreensão da relação estrutural entre as redes sociais individuais de pertencimento e a rede globalizada de ações originárias das instituições mais amplas da sociedade, permite-se afirmar que a exclusão e a pobreza, muitas vezes, com faces individuais, estão entrelaçadas a uma estrutura social mais ampla que as determina e as mantém.

A escola, enquanto instituição que possibilita a integração social, pode interferir pouco na vida dos jovens excluídos, pois estes, antes de tudo, pertencem a uma estrutura maior que os circunscrevem numa teia de situações sociais e de contingências, liberando pouca margem para a mobilidade entre as zonas que lhes permitisse esta integração.

O modelo de escola que se apresenta ao aluno excluído se encontra distante do modelo necessário à adaptação do excluído da cultura escolar legitimada socialmente, os excluídos se encontram enfileirados na busca pelo emprego que lhes permita a integração social e a vida plenamente democrática.

Nos últimos anos, as dificuldades de integração através do trabalho criaram um processo que levou a exclusão de muitas pessoas pelas suas próprias condições, mas que, hoje, necessitam de atenção. Não se trata de grupo de pessoas com problemas de invalidez, deficiência, entre outros, mas um grupo de pessoas que se tornaram “*inválidas pela conjuntura*”. *É a transformação recente da regra do jogo social e econômico que as marginalizou*” (CASTEL, 2008, p. 35). De acordo com o autor, é a nova regra de uma mesma política econômica e social, uma vez que exigências da competitividade e concorrência, redução de oportunidades e de emprego contribuíram para o

agravamento desta situação. De acordo com esta compreensão, ao enfrentamento da inserção das novas populações correspondem medidas de outra ordem na conjuntura econômica e social.

Repensar a análise da proteção social exige um olhar para a sociedade que tem o salário como medida, criando uma hierarquização entre alto e baixo quanto às diferenças de renda. No entanto, há na sociedade direitos de proteção, como os adquiridos em relação ao trabalho, e outras medidas redistributivas para os considerados pobres, necessitando de clareza quanto às funções atribuídas ao Estado e o direito dos cidadãos, talvez, um dos motivos da tolerância face às desigualdades. Uma implicação dessa mudança no regime de proteção tem duas razões: a primeira, no reconhecimento das populações mais pobres, significando a ausência da inserção social em função das situações de pobreza; a segunda, atribuição de medidas de proteção significando privação e estigmatização (CASTEL, 2005).

Portanto, as intervenções do Estado têm se transformado, marcando a passagem de políticas desenvolvidas em nome da integração para políticas conduzidas em nome da inserção (CASTEL, 2010). O autor explica que as políticas de integração desenvolvem diretrizes voltadas para o acesso aos serviços públicos e educação, tendo como possível desdobramento a redução das desigualdades sociais e divisão de oportunidades. As políticas de inserção podem ser compreendidas como um conjunto de medidas voltadas para grupos de pessoas ou áreas específicas, por apresentarem situações degradadas.

No Brasil, políticas de proteção social têm feito parte do cotidiano de muitas famílias associadas às classes menos favorecidas da sociedade, como exemplo, através dos programas redistributivos de renda mínima para os mais pobres. Contudo, a situação de pobreza não está associada somente à baixa renda das famílias, mas às condições de moradia, a fome, a miséria e, portanto, à privação de direitos, através de uma relação de assistência entre os sujeitos e os programas que visam medidas de reparação. Nesse sentido, as discussões apontadas por Castel se inserem na perspectiva das análises da realidade brasileira por contribuir para a compreensão dos problemas sociais, tensionado com as formas precárias de inclusão social. Insere-se ainda na discussão sobre o papel da família, do emprego e da escola como instituições que, afetadas pela pobreza, modificam as redes de interações sociais e inviabilizam a escolarização da criança e do jovem pobre no Brasil.

A pobreza, assim como a exclusão são desdobramentos das relações sociais e históricas, que na sociedade brasileira marcam oposições entre os indivíduos baseadas nas desigualdades sociais e econômicas que, em alguns países, assemelham-se a divisão de classe.

A exclusão social, como um conjunto de processos que se estabelecem no campo social, assemelha-se também a esta oposição de classes sociais. Para a compreensão dessas relações sociais pode-se considerar o conceito de desqualificação social cunhado por Paugam (2004) e o de exclusão social por Castel (2008), que contribuem para explicar como se dão as interligações de fatores que levam às desigualdades sociais. A escola, como um dos fatores, é parte do conjunto de ações que favorecem ou não a integração social, ela se insere no âmbito das explicações sobre as desigualdades.

A educação, no contexto da sociedade brasileira, como em outros países, as avaliações da qualidade do ensino (BRASIL, 2016), apontam serem inaceitáveis as desigualdades sociais entre as pessoas de diferentes grupos e de baixos rendimentos educacionais. Assim, alguns desses países se reuniram para traçar objetivos e metas para avançar nos indicadores educacionais nos próximos anos (OEI, 2008). Entre algumas medidas, pode-se citar a reestruturação da escola quanto à universalização do ensino, através da expansão do acesso à escola e da avaliação da aprendizagem do aluno.

Essa reordenação tem sido acompanhada desde o final da década de 1990. Diante do quadro atual da política educacional, indicadores como a distorção série-idade, evasão e fracasso escolar passaram a ser repensadas, embora esses objetivos e metas oportunizem a comparação da situação educacional das escolas, entre países e no interior de cada país. Elas são diretamente relacionadas a padrões discutíveis sobre qualidade de ensino por serem distantes da realidade das escolas como um todo no Brasil. O conceito e significado de qualidade do ensino não é objeto deste estudo, mas sim o impacto que os resultados dessas avaliações têm na determinação de fatores que contribuem para as desigualdades e da exclusão escolar que essas avaliações padronizadas podem determinar.

De acordo com Freitas (2007), o conceito de exclusão refere-se às políticas de equidade, que foram criadas para a inclusão das camadas populares na escola. O autor coloca em discussão a qualidade da educação para as classes populares, através do conceito de eliminação adiada, que foi utilizado por ele para identificar uma das formas de exclusão no interior da escola. Assim, “o conceito referia-se à permanência dos alunos dessas camadas na escola durante algum tempo,

postergando a sua eliminação da escola e realizando-a em outro momento mais oportuno” (FREITAS, 2007, p. 972).

Para Freitas (2007), as políticas educacionais de universalização do ensino ampliam as vagas escolares, possibilitando o ingresso do aluno na escola. Entre algumas medidas adotadas, retoma-se o significado das políticas de inserção social citadas por Paugam (2003) e Castel (2008). Assim, a exclusão, como um processo social, dentro do contexto da escola, se manifesta pelas desigualdades na aprendizagem e, conseqüentemente, resulta na exclusão escolar, uma vez que a cultura da escola difere da origem social do aluno. Esta afirmação parte da compreensão do Brasil como um país com ampla diversidade sociocultural, e a escola está inserida neste contexto, que reflete as demandas eminentes da sociedade que, por sua vez, são reproduzidas no espaço de sala de aula.

A análise de Bourdieu e Champagne (2001) também se refere à exclusão da escola através do conceito de exclusão branda, que se assemelha ao conceito de eliminação adiada. Para os autores, a escola incluiu precariamente alunos de classes antes excluídas dos processos de escolarização, mas através da legitimação seletiva criaram-se formas de exclusão, também nos espaços escolares, justificada pelo fracasso escolar, repetência e abandono escolar.

Deste modo, os excluídos no interior correspondem, na atualidade, ao aluno que está no interior da escola, mas excluído de outros segmentos sociais, em outras situações educacionais a exclusão da escola poderia se referir ao não acesso. Autores como Bourdieu e Champagne (2001) mostram como a exclusão se dá pelo acesso à escola, pela eliminação que acontece nos espaços escolares, uma vez que a possibilidade de o aluno seguir uma trajetória regular na escolarização depende, entre outros fatores, de um capital cultural associado à camada social na qual ele se insere. Esta nova forma de exclusão cria critérios seletivos de matrícula, políticas assistenciais vinculadas à escola legitimada a partir de uma ideologia que responsabiliza o aluno e que é guiada por critérios pouco sensíveis ditados pela ideologia do mérito.

Em relação às desigualdades sociais, Dubet (2001) apresenta duas posições: uma relacionada às escalas e registros, e a outra como um conjunto de processos sociais e de mecanismos individuais e coletivos. Para o autor, a segunda perspectiva mostra a dupla natureza das desigualdades, entre as quais algumas se reduzem, enquanto outras crescem. É essa a relação que se estabelece em uma sociedade onde o direito a igualdade e a oportunidade aparecem de forma oposta entre as classes sociais. Assim, a desigualdade vai sendo explicada a partir: das relações

econômicas; da estrutura de classe; das diferenças étnicas; das dificuldades educacionais e entre faixas etárias, como uma demonstração de desigualdades injustas.

Ainda de acordo com Dubet (2001), as desigualdades vão se acentuando em várias áreas de ocupação, seja em relação à educação ou ao trabalho, mas quando a educação responsabiliza os próprios alunos pela o sucesso ou fracasso escolar, pode ser um princípio da legitimação das desigualdades, onde *“a prova da dominação das desigualdades injustas é primeiramente vivida como uma manifestação de desprezo, de redução da pessoa em seu papel e ao olhar do outro”* (DUBET, 2001, p. 17).

Esse dualismo escolar e o recrutamento das diversas clientelas permitem ou não o acesso as diversas formas de ensino. O papel da escola na exclusão escolar implica isolar de *“maneira teórica e abstrata, os mecanismos e os fatores pelos quais a escola ‘acrescenta’, alia fatores de desigualdade escolar e de exclusão que ultrapassam a simples reprodução das desigualdades sociais”* (DUBET, 2003, p. 35).

Para o autor, a escola, opera as grandes divisões e as desigualdades sociais, ocasionando a seletividade escolar, onde um dos aspectos de diferenciação é o percurso construído e a trajetória escolar dos sujeitos, *“os alunos com dificuldades são orientados para trajetórias escolares mais ou menos desvalorizadas no interior de uma hierarquia”* (DUBET, 2003, p. 36), cuja estratégia aprofunda as desigualdades e acentua a exclusão escolar.

Assim, alguns autores colocam em evidência a distância entre desigualdades educacionais e sociais ao explicarem as diferenças entre empregos qualificados e o acesso a diplomas, que embora sejam relações independentes, alteram as relações de produção e encaminham os menos qualificados a outras trajetórias, aumentando oportunidades de desemprego e/ou a precariedade em relação aos vínculos de trabalho (DUBET, 2003).

O autor afirma ainda que *“a segmentação do mercado de trabalho não se opera apenas em função das necessidades econômicas, ela ativa e exacerba diferenciações sociais em função do sexo, idade, do capital escolar da origem étnica”* (DUBET, 2001, p. 9). Algumas mudanças podem ser identificadas em relação às desigualdades econômicas. A população ativa no mercado de trabalho se feminizou, embora reconheçam-se diferenças entre os salários de homens e mulheres e também na ocupação dos setores de emprego, demonstrando domínios marcados por ordenações de gênero (CONNELL, 2002).

As desigualdades etárias também sofreram mudanças a partir das políticas de inserção ao emprego e das formas de distribuição de renda. Para os jovens, a realidade é o desemprego,

períodos longos de incertezas e precariedades antes do emprego estável, quando comparado aos adultos. As desigualdades étnicas convivem com a segregação, quanto à formação de bairros mais degradados socialmente, estigmatizados, formando assim, as zonas de exílio (DUBET, 2001).

As desigualdades sociais na escola se dão em função da posição econômica das famílias ou na estrutura de distribuição do capital. A escola passou a desempenhar um papel fundamental na reprodução das relações entre classes sociais. Como um elemento da sociedade, é também determinada por condicionantes sociais, políticas e econômicas. Ele diz que *“a instituição escolar era estudada como um lugar central de diferenciação-divisão das classes sociais ou de reprodução das relações de força entre grupos ou classes da formação social”* (LAHIRE, 2003, p. 984).

A transitoriedade dos sujeitos nas diferentes áreas da sociedade e nas instituições que nela funcionam é uma realidade. Muitas vezes, a família vive o processo de vulnerabilidade social e enfrenta dificuldades, tais como desemprego, falta de moradia, dificuldades de inserção e imigração. A necessidade de deslocamento da família em busca de emprego, processos migratórios e outras variáveis podem contribuir para a não permanência do aluno na escola, deslocando-o para uma situação de risco e de exclusão escolar. De acordo com Mattos (2008), o aluno que fracassa, em sua maioria, pertence a contextos sociais degradados, como as áreas periféricas dos grandes centros urbanos, como por exemplo as favelas e comunidades localizadas na periferia do Rio de Janeiro. Diante do processo de exclusão social e da marginalização, no Brasil, as famílias e seus filhos têm sido atraídos pelas políticas públicas de ‘proteção social’ e/ou ‘compensatórias’ que os mobilizam a participação em programas de inclusão sócio educacionais.

Para a autora, o conceito de exclusão corresponde a uma metacategoria nos estudos da área de educação, pois as condições de *“pobreza causam impacto direto no desempenho e na qualidade da educação de crianças, jovens e adultos”* (MATTOS, 2008, p. 18). Na mesma perspectiva, outras discussões da autora explicam algumas das variáveis presentes nas desigualdades educacionais, algumas delas relacionadas à situação econômica das famílias e à situação do aluno quanto ao desempenho escolar.

Conclusões

Compreende-se que a educação tem como um dos aspectos a formação humana, contribuindo assim, para a participação do sujeito nos vários segmentos da sociedade e na construção de autonomia para enfrentamento de adversidades que se manifestam em sua interação escolar e social. Muitas vezes, o acesso à educação e a baixa escolaridade não têm garantido a

inserção no mercado de trabalho, para a transformação das condições de vulnerabilidade em que vivem muitos jovens. Essa realidade tem contribuído para a categorização pejorativa dos sujeitos, o que, por sua vez, contribui para a seletividade e na participação dos segmentos sociais. O aluno, quando visto através de sua condição social e origem familiar, sofre uma forma de categorização estruturada através das relações de renda, acentuando semelhanças e diferenças.

Nas últimas duas décadas, as ações que visam a melhoria de indicadores educacionais e a expansão de oportunidade, a partir dos objetivos da educação para todos, têm aproximado as famílias de baixa renda à escola, através das políticas redistributivas de renda e de programas compensatórios. No entanto, esta realidade tem contribuído para a exclusão escolar, e tais políticas foram pensadas de fora do contexto social do aluno para dentro da escola, sem reconhecer esse sujeito no espaço da escola.

Assim, ao explicar as relações entre desigualdades e educação foram buscadas explicações teóricas e de análise conceitual em autores internacionais e nacionais que têm discutido esses temas de modo a compreender os fatores eleitos para definir pobreza no Brasil e como estes aparecem relacionados ao desempenho escolar do aluno das camadas populares. Alguns conceitos discutidos aqui contribuem na explicação da relação entre os temas pobreza e exclusão sob a ótica da educação, embora ambos os conceitos se insiram, mais particularmente na questão social, para o aluno pobre, que vive a experiência de vulnerabilidades constantes, esta discussão é pertinente.

Pode-se, portanto, compreender a complexidade que envolve os temas e suas implicações para os processos educacionais, pois estes atuam nos processos de escolarização, interferindo no desempenho escolar do aluno. Entende-se que o aluno constrói o conhecimento através da interação e socialização no meio em que vive. Assim, no espaço da escola, está o aluno com diversidades culturais e formas diferenciadas de ver e atuar na sociedade. Portanto, esta cultura diferenciada dentro da escola, muitas vezes, não corresponde às exigências educacionais. Sendo a exclusão social já construída fora da escola, ela é legitimada através dos saberes escolares podendo, assim, contribuir para a exclusão deste aluno dentro da escola também.

Referências

BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. In: BOURDIEU, P. (org.) *A miséria do mundo*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRASIL. Brasil no PISA 2015: análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros. OCDE-Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Fundação Santillana, 2016.

- CASTEL, R. *A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?* Petrópolis, RJ: Vozes, 2008a.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- CASTEL, R. Armadilhas da Exclusão. In: *Desigualdade e a questão social*. São Paulo. 2008b.
- DUBET, F. A escola e a exclusão. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 119, p. 29-45. 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em 28 nov. 2011.
- DUBET, F. As desigualdades multiplicadas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 5-19. 2001. Disponível em <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em 28 nov. 2011.
- DUBET, F. O que é uma escola justa? *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 539-555. 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em 28 nov. 2011.
- FREITAS, L. C. A internalização da exclusão. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 299-325. 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em 28 jan. 2012.
- FREITAS, L. C. Eliminação adiada: o caso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. *Educação & Sociedade*, Campinas, v.28, n. 100 – Especial, p. 965-987. 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em 11 mai. 2011.
- LAHIRE, B. Crenças coletivas e desigualdades culturais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 84, p. 983-995. 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em 02 abr. 2011
- CONNELL, R. *Gender*. Oxford: Polity, 2002.
- MATTOS, C. L. G. DE, CASTRO, P. A. de. Educação e pobreza impactos da crise econômica na França e no Brasil: uma entrevista com Serge Paugam – Entrevista, *Revista Aleph*. Vol. Dezembro, ANO XIII, Nº. 27, pp. 12-33, 2016.
- MATTOS, C. L. G. de; BORGES, L. P. C.; CASTRO, P. A. de; FAGUNDES, T. B. (Org.) *Pesquisas em Educação: a produção do Núcleo em Etnografia e Educação (netEDU)*. Campina Grande, PB: Editora Realize. [E-book], <http://www.editorarealize.com.br>, 2015, 358 p.
- MATTOS, C. L. G. de.; FACION, J. R. Exclusão: uma metacategoria nos estudos sobre educação. In: FACION, J. R. (Org.). *Inclusão escolar e suas implicações*. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008. p. 9-43.
- OEI. A educação que queremos para a geração dos Bicentenários Metas Educativas 2021. **Conferência Ibero-americana de Educação**. El Salvador em 19 de maio de 2008. Texto oficial da conferência. Madrid: OEI, 2008.
- PAUGAM, S. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, B. (Org) *As Armadilhas da Exclusão: Análises psicossocial e ética da desigualdade social*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 67-86.
- ROSA, Antonia Valbenia Aurélio. *Pobreza e Educação: um estudo teórico epistemológico sobre a produção do conhecimento no período de 2000 a 2010*. Orientadora: Carmen Lúcia Guimarães de Mattos. **Dissertação** (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação, 2012, 169 f.